



ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Mata - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

## AUTORIZAÇÃO

### AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

**Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0042813/2022-07**

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Mata**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO REQUERIMENTO INTERVENÇÃO AMBIENTAL	DE DE	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
LAS/Cadastro		2100.01.0042813/2022-07	NAR Muriaé
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>			
Nome: Repol Plasticos Ltda		CPF/CNPJ: 21.519.061/0001-30	
Endereço: Rua Mariquinha Schittini, nº 131		Bairro: Leonardo	
Município: Cataguases	UF: MG	CEP: 36773-662	
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>			
Nome: Aurélio Alves de Faria		CPF/CNPJ: 329.192.637-49	
Endereço: Rua Luiz Pinto da Silva, nº 259		Bairro: Vila Minalda	
Município: Cataguases	UF: MG	CEP: 36772-406	
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>			

Denominação: Repol Plasticos Ltda		Área Total (ha): 0,252	
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 7.043-A		Município/UF: Cataguases/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Imóvel em perímetro urbano			
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA</b>			
Tipo de Intervenção		Quantidade	Un
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP		0,174	ha
<b>5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>			
Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)	
Infraestrutura	Infraestrutura	0,174	
<b>6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>			
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber
<b>7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>			
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
<b>8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA</b>			
<b>Marcelo Augusto Bordallo - MASP: 1021290-0</b> Data da Vistoria: 22/11/2022			
<b>9. VALIDADE</b>			
Data de Emissão: 28/11/2022  Validade: 3 (três) anos  <u>OU</u> De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental.		Observações:  <b>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</b>	

**10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA**

Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	Sirgas 2000	23 K	737.423	7.632.500

**11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)****Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo citados impactos sobre o recurso hídrico, com entrada de sedimentos e possível assoreamento com movimentação de solo, remoção da vegetação, diminuindo a retenção de água no solo devido à possível compactação e possibilitando início de processo erosivo. É possível haver impactos pouco significativos principalmente na flora, e fauna, não havendo neste caso possível supressão de vegetação nativa no local (construção já edificada), não ocorrendo espécimes raros ou ameaçados relacionados da flora, sendo o local com alto grau de antropização, a fauna silvestre é de pouca ocorrência. Podemos citar possíveis impactos em decorrência da intervenção desenvolvida, que podem ser no solo, na vegetação, ou na água, através de compactação do solo e supressão de vegetação principalmente. Como a intervenção já foi realizada e se encontra pronta, não é mais possível mitigar seus impactos sobre a intervenção. Assim conforme verificado em vistoria e proposto pelo requerente no PIA, sobre impactos e mitigação destes com relação à operação da empresa, podemos citar como medidas mitigadoras à esta atividade, ações como realizar filtragem e tratamento da água utilizada no beneficiamento/lavagem da matéria prima reciclável, reaproveitando-a e não lançando rejeitos ou dejetos sanitários no curso d'água; evitar erosões monitorando toda a rede de drenagem de água pluvial de forma a manter em boas condições para realizar suas funções; na área que não ocorre intervenção em APP por parte da Repol, será instalado uma cerca, de forma a isolar a área para viabilizar a regeneração natural; avaliar periodicamente a descarga de água pluvial e, caso necessário deve ser criado obstáculos para diminuição da velocidade de escoamento da mesma; permitir maior infiltração de água no solo, as vias de acesso e pátio de armazenamento da matéria –prima mantendo-se sem piso, possibilitando a permeabilidade da água. Eventualmente, caso a empresa opte pela pavimentação do local, a mesma deverá ocorrer priorizando pisos permeáveis ou bloquetes vazados.

**Medidas Compensatórias**

Foi feita proposta como medida compensatória relativa à intervenção sem supressão de vegetação nativa em APP, o plantio de mudas nativas, conforme está detalhado em PRADA a ser cumprido em suas ações propostas, tendo o projeto técnico sido aprovado assim como as suas ações. Desta forma, deve-se executar o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA apresentado anexo ao processo, em área de 0,174 ha, tendo como coordenadas de referência 723.207 x; 7.632.688 y e 732.191 x; 7.632.687 y (UTM, Sirgas 2000), na modalidade plantio de mudas nativas e frutíferas, seguindo-se tratamentos culturais, orientações e recomendações conforme disposto no PRADA apresentado, na quantidade de 194 mudas, já considerando o replantio, em área nas margens de córrego na propriedade rural “Pedra Branca” em Dona Euzébia, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.

**Condicionantes****Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	realizar filtragem e tratamento da água utilizada no beneficiamento/lavagem da matéria prima reciclável, reaproveitando-a e não lançando rejeitos ou dejetos sanitários no curso d'água	Durante o período de atividade/ocupação
2	evitar erosões monitorando toda a rede de drenagem de água pluvial de forma a manter em boas condições para realizar suas funções	Durante o período de atividade/ocupação
3	na área que não ocorre intervenção em APP por parte da Repol, será instalado uma cerca, de forma a isolar a área para viabilizar a regeneração natural	Durante o período de atividade/ocupação
4	avaliar periodicamente a descarga de água pluvial e, caso necessário deve ser criado obstáculos para diminuição da velocidade de escoamento da mesma.	Durante o período de atividade/ocupação
5	permitir maior infiltração de água no solo, as vias de acesso e pátio de armazenamento da matéria –prima irão se manter sem piso, possibilitando a permeabilidade da água. Eventualmente, caso a empresa opte pela pavimentação do local, a mesma deverá ocorrer priorizando pisos permeáveis ou bloquetes vazados.	Durante o período de atividade/ocupação
6	Como medida compensatória realizar o plantio de 194 mudas nativas e frutíferas, em área de 0,174 ha nas margens de córrego em propriedade rural “Pedra Branca”, Dona Euzébia, seguindo-se demais disposições do PRADA anexo.	12 meses após emissão do DAIA

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

## 12. OBSERVAÇÃO

Retificação realizada para correção das coordenadas geográficas da área autorizada

***Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.***

***Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.***



Documento assinado eletronicamente por **Dalyson Figueiredo Soares Cunha, Supervisor(a)**, em 27/02/2023, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **61177654** e o código CRC **3D60A9C7**.

---